



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 207/2022

Referência: Processo nº 3.106/2022

Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 012, de 20 de junho de 2022

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei Complementar nº 012, de 20 de junho de 2022, que altera o art. 186, da Lei Complementar no 181, de 03 de maio de 2022, e dá outras providências.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, dispondo sobre a alteração do art. 186, da Lei Complementar no 181, de 03 de maio de 2022, e dá outras providências.

Na Exposição de Motivos, a Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, afirma que a presente alteração levou-se em consideração a finalidade de dar cumprimento aos requisitos legais quanto à definição da amortização do déficit atuarial do Plano Previdenciário Municipal de Cáceres-MT, em conformidade com a Portaria nº. 1.467, de 02 de junho de 2022, assim como a Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021, do Conselho Monetário Nacional.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Foi dito ainda que o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres (Previ-Cáceres), instituído pela Lei Complementar nº. 26 de 27 de novembro de 1997, reestruturado pela Lei Complementar nº. 181/2022, tem como finalidade administrar a previdência social municipal, por meio da Autarquia de personalidade jurídica de direito público e com autonomia administrativa e financeira.

Ressaltou-se ainda que, com especial atenção à análise das alternativas de amortização do déficit atuarial, conforme consta do parecer e do Relatório Técnico da AVALIAÇÃO ATUARIAL 2022, de 28 de março de 2022, os membros do Conselho de Gestão do PREVI-CÁCERES discutiram, em reunião ordinária, a melhor alternativa para equacionamento do déficit atuarial registrado.

Desse modo, foi informado que a Direção Executiva do PREVI-CÁCERES apresentou DELIBERAÇÃO do Conselho de Gestão pela Alternativa 1 do Estudo atuarial, nos termos do art. 3º, da Resolução nº. 002/2022 de 08/04/2022, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, em 14/04/2022.

Com efeito, em análise a Portaria nº. 1.467, de 02 de junho de 2022, do Governo Federal, o artigo 55, dispõe que:

“Seção X

Equacionamento do déficit atuarial

*Art. 55. No caso de a avaliação atuarial apurar **deficit** atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, que poderão consistir em:*

I - plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - segregação da massa;

III - aporte de bens, direitos e ativos, observados os critérios previstos no art. 63; e



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

IV - adequações das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, na forma do art. 164.

§ 1º Complementarmente às medidas previstas no caput, devem ser adotadas providências para o aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios e para a melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do regime e identificação e controle dos riscos atuariais.

*§ 2º O Relatório da Avaliação Atuarial, com base no estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial do RPPS, deverá identificar as principais causas do **deficit** atuarial por meio do balanço de ganhos e perdas atuariais, apresentar cenários com as possibilidades para seu equacionamento e os seus impactos e propor plano de equacionamento a ser implementado em lei pelo ente federativo.*

*§ 3º Em caso de assunção pelo ente federativo das obrigações previdenciárias de que trata o § 4º do art. 48 ou de massa de beneficiários do RPPS sob sua responsabilidade financeira direta, os respectivos compromissos não compõem o plano de equacionamento do **deficit** de que trata o **caput**.*

*§ 4º Em caso de **deficit** atuarial, poderão ser mantidas as alíquotas normais, relativas à cobertura do custo normal, mesmo sendo superiores ao custo identificado pelo método de financiamento utilizado, para fins de amortização do **deficit**.*

*§ 5º A proposta do plano de equacionamento do **deficit** deverá ser apreciada pelo conselho deliberativo e disponibilizada pela unidade gestora do RPPS, juntamente com o estudo técnico que a fundamentou, aos beneficiários do regime.*

*§ 6º O plano de equacionamento do **deficit** somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observado o prazo previsto no art. 54.*

§ 7º Considerando o porte e perfil do RPPS, conforme o ISP-RPPS e o Pró-Gestão RPPS, poderá ser estabelecida outra forma de estrutura atuarial do regime, cujo estudo técnico, encaminhado para aprovação prévia pela



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

SPREV, tenha sido, comprovadamente, objeto de apreciação pelo conselho deliberativo e demonstre a adoção de medidas que visem assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

Em consulta ao site da AMM, consta a publicação da Resolução nº 002/2022, em 14/04/2022, senão vejamos:

Essa publicação está na edição do(s) dia(s): 14 de Abril de 2022.

RESOLUÇÃO Nº 002/2022

CONSELHO DE GESTÃO - PREVICÁCERES

“Aprova deliberação adotada em Reunião Extraordinária de 30/03/2022”.

O CONSELHO DE GESTÃO do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres - PREVICÁCERES, no uso das suas competências legais e regulamentares conferidas pela Lei Complementar nº 143 de 12 de julho de 2019; e

Considerando deliberação do órgão colegiado, adotada em reunião extraordinária ocorrida em 30/03/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Alteração na Política de Investimentos, para fins de adequação a Resolução CMN nº 4.963/2021, de 29 de novembro de 2021;

Art. 2º - Aprova a Avaliação Atuarial 2021 – Data Base 31/12/2021;

Art. 3º - Reconhece a viabilidade da Alternativa 1 da Avaliação Atuarial, que prevê o parcelamento do Aportes pelo período de 35 anos

Art. 4º - Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 08 de Abril de 2022.

Antonio Carlos de Jesus Mendes

Presidente do Conselho de Gestão

PREVICÁCERES

Assim, considerando o disposto na Portaria MTP nº 1.467, de 02 junho de 2022, que Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019, bem como o que consta na legislação municipal de regência, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei Complementar nº 012, de 20 de junho de 2022.

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei Complementar nº 012, de 20 de junho de 2022.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2022.

Manga Rosa
PRESIDENTE

Leandro dos Santos
RELATOR SUBSTITUTO

Cezare Pastorello Marques de Paiva
MEMBRO SUBSTITUTO